



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 21 • 02 a 08/10/2005 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análise

07/10/2005 - Desdobramentos da Retirada de Gaza e Vitória de Ariel Sharonp.01

Após a retirada dos assentamentos dos territórios ocupados em Gaza e na Cisjordânia, o conflito entre Israel e Palestina apresenta dois desdobramentos salientes: de um lado, a Autoridade Nacional da Palestina enfrenta o Movimento de Resistência Islâmica - Hamas; de outro, o Primeiro Ministro de Israel, Ariel Sharon, enfrenta resistência interna em seu governo.

Resenhas

05/10/2005 - As eleições parlamentares e presidenciais na Polôniap.04

Após as eleições parlamentares polonesas, realizadas no dia 25 de setembro, que indicaram a vitória do partido conservador "Lei e Justiça" (PiS) liderado pelos irmãos gêmeos Kaczynski, a Polônia se prepara para a realização de eleições presidenciais marcadas para o dia 9 de outubro.

06/10/2005 - Questão agrícola é foco das negociações sobre livre comércio que ocorreram em Parisp.07

Faltando três meses para a Conferência Ministerial, promovida pela Organização Mundial do Comércio, ministros do Brasil, União Européia, Estados Unidos e Índia se encontram para discutir a liberalização do comércio mundial, focando, sobretudo, nas questões agrícolas.

06/10/2005 - Espanha enfrenta problemas com imigrantes ilegais.....p.10

Apesar do reforço na segurança dos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, as tentativas de invasão em massa continuam a ocorrer, levando a morte dezenas de imigrantes africanos.

06/10/2005 - Dezoito países pobres terão suas dívidas perdoadasp.12

G-8, FMI e Banco Mundial concordaram em perdoar a dívida de 18 países, totalizando uma ajuda de mais de 40 bilhões de dólares.

Especial

06/10/2005 - OMC: estrutura institucionalp.14

Enquanto o GATT foi apenas um acordo entre países, a OMC é uma organização dotada de personalidade internacional. Aqui será apresentado a estrutura e organograma dessa organização. Também serão expostos os principais órgãos e mecanismos e suas funções para a busca pela formação de um sistema multilateral de comércio.

Desdobramentos da Retirada de Gaza e Vitória de Ariel Sharon

Análise
Segurança

Carolina Dantas Nogueira
07 de outubro de 2005

Após a retirada dos assentamentos dos territórios ocupados em Gaza e na Cisjordânia, o conflito entre Israel e Palestina apresenta dois desdobramentos salientes: de um lado, a Autoridade Nacional da Palestina enfrenta o Movimento de Resistência Islâmica - Hamas; de outro, o Primeiro Ministro de Israel, Ariel Sharon, enfrenta resistência interna em seu governo.

A Faixa de Gaza e a Cisjordânia estiveram sob a ocupação de Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Agora em 2005, este impasse começa a ser resolvido, muito em função da vontade política do Primeiro Ministro Ariel Sharon e do Presidente da Autoridade Nacional da Palestina (ANP), Mahmoud Abbas.

Iniciada oficialmente no dia 15 de agosto de 2005, a retirada de todos os 21 assentamentos da Faixa de Gaza e 4 dos 120 assentamentos da Cisjordânia, demandou grande esforço político tanto de Israel quanto da Palestina. Enquanto Sharon enfrentava dissidentes de seu próprio partido, o Likud [ver [Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon](#)], a ANP passou a enfrentar a resistência tanto política quanto armada do Movimento de Resistência Islâmica, o Hamas. [ver [Hamas](#)]

Embora tenha enfrentado resistências para a aprovação da sua proposta de retirada dos assentamentos em Gaza, Ariel Sharon conseguiu o apoio necessário e colocou em prática o que muitos consideravam algo difícil de concretizar. No entanto, seu ex-ministro das Finanças, Binyamin Netanyahu, lançou sua candidatura à

presidência do partido Likud no final de agosto, logo após o início da retirada [ver [A candidatura de Netanyahu à presidência do Likud](#)] numa forma de protesto contra Sharon. Além de ocorrer algo inédito no país - um líder de partido ser destituído ainda ocupando o cargo de primeiro ministro -, Netanyahu pedia a antecipação das eleições primárias de 2006 para novembro de 2005. Isto causou forte impacto no país e uma preocupação quanto ao futuro político de Ariel Sharon, que havia, inclusive, declarado sua retirada do partido caso perdesse as eleições internas.

Todavia, com 51,4% dos votos, Ariel Sharon venceu as eleições internas no final de setembro, consolidando sua liderança no partido pelo menos até março de 2006, época das eleições primárias para a escolha do líder do partido. Netanyahu que havia declarado sua permanência no partido mesmo se perdesse nas eleições internas, almejava expor seu descontentamento e, por conseguinte, de membros do Likud opostos à retirada de Gaza, minando a liderança de Sharon e enfraquecendo seu governo.

Com esta vitória, Sharon anunciou à Radio Israelense que espera que este

resultado uma o partido em torno dele e que traga maior apoio à sua política. Confirmando seu favoritismo entre o público, uma pesquisa de opinião, segundo o jornal britânico BBC News, mostrou que o Likud liderado por Sharon teria melhores resultados em uma eleição geral. Críticos do governo, no entanto, afirmam que apesar desta vitória, Sharon ainda possui grande resistência no partido e enfrentará novamente problemas nas eleições primárias do ano que vem.

Dificuldades internas à parte, Ariel Sharon ameaçou prejudicar as eleições parlamentares da Palestina caso o Hamas participasse do pleito legislativo alegando não acreditar que os palestinos fossem capazes de realizar as eleições sem a ajuda de Israel. Representantes tanto do Hamas quanto da ANP afirmaram que uma interferência de Israel poderia minar o processo democrático e aumentar a resistência contra a presença israelense na palestina. Mas o próprio pleito legislativo foi adiado em função da retirada de Gaza e das eleições internas do Likud.

Nas eleições na Palestina ocorridas no primeiro semestre deste ano, o Hamas havia conseguido o controle político de alguns municípios e queria a maioria parlamentar para modificar a estrutura política da palestina que é dominada pelo partido de Abbas, o Fatah [ver [Eleições na Palestina](#)].

Abbas, que havia declarado que a retirada de Gaza seria o início do estabelecimento de uma paz duradoura entre Israel e Palestina, passou a enfrentar maiores problemas tanto com a facção política do Hamas, quanto com seu grupo armado, após a entrega oficial da defesa de Gaza nas mãos de seu corpo policial. Vários confrontos têm ocorrido entre a polícia palestina e o grupo Hamas na região inclusive pela própria atuação desta polícia em impedir ataques do grupo ao território israelense.

Lideranças da ANP entraram em acordo

com Israel garantindo que o Hamas seria contido para a realização do pleito e um cessar fogo foi anunciado, inclusive pelo Hamas. Em vista destes acontecimentos, o pleito parlamentar foi realizado somente no final de setembro e veio a confirmar a liderança do Fatah no governo palestino, frustrando a expectativa do Hamas em dividir o poder na palestina.

Todavia, os ataques do Hamas tanto a Israel quanto à polícia palestina (que protestou na última semana pedindo providências do governo palestino), continuaram culminando com um ataque aéreo de Israel em locais de atuação do Hamas na Faixa de Gaza. Além disso, a fronteira entre a Faixa de Gaza e o Egito está desprotegida, acarretando o livre acesso por parte dos palestinos à região, o que Israel considera um fracasso do governo palestino. Em resposta, a ANP pediu a retirada de Israel deste impasse e a manutenção do cessar fogo acordado anteriormente, alegando que iria controlar a situação.

O Conselho Legislativo palestino aprovou, dias depois, uma resolução exigindo que Abbas demitisse seu gabinete de governo por fracassar em trazer ordem nas ruas palestinas. Desta forma os legisladores deverão escolher um substituto para Ahmed Korei, até então primeiro ministro, e para os chefes de todos os ministérios.

Analistas afirmam que é certo que a situação entre Israel e Palestina caminha com novos rumos, no entanto, ainda é cedo para falar em continuação dos assentamentos na Cisjordânia ou em acordos de paz duradoura.

Referência

Sites:

Folha On-line

www.folha.uol.com.br/

BBC

<http://news.bbc.co.uk>

Ver também:

07/09/2005 - [A candidatura de Netanyahu à presidência do Likud](#)

19/08/2005 - [Começa a retirada israelense dos Territórios Ocupados](#)

13/05/2005 - [Eleições na Palestina](#)

07/11/2004 - [Hamás](#)

03/06/2004 - [Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon](#)

As eleições parlamentares e presidenciais na Polônia

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
05 de outubro de 2005

Após as eleições parlamentares polonesas, realizadas no dia 25 de setembro, que indicaram a vitória do partido conservador "Lei e Justiça" (PiS) liderado pelos irmãos gêmeos Kaczynski, a Polônia se prepara para a realização de eleições presidenciais marcadas para o dia 9 de outubro.

As eleições gerais parlamentares ocorridas na Polônia no dia 25 de setembro indicaram a vitória do partido conservador de direita "Lei e Justiça" (PiS - sigla em polonês) com 27% dos votos, seguida dos 24% de votos alcançados pelo partido de centro-direita, o moderado "Plataforma Cívica" (PO) liderado por Donald Tusk.

Nessa 1ª eleição parlamentar ocorrida na Polônia desde a integração do país à União Européia em maio de 2004, os partidos de direita buscaram focar suas campanhas primordialmente nas promessas de combate ao alto nível de desemprego do país e aos numerosos casos de corrupção e escândalos envolvendo o partido de origem comunista, o "Aliança da Esquerda Democrática" (SLD) do atual Presidente polonês Aleksander Kwasniewski e do atual primeiro-ministro, Marek Belka. O SLD alcançou 11% dos votos nas recentes eleições parlamentares.

Jaroslav Kaczynski, um dos líderes do PiS, partido que obteve maioria dos votos nas eleições de 25 de setembro, alega que tal resultado eleitoral dá ao partido o direito de indicar o futuro primeiro-ministro polonês. Porém, segundo

analistas políticos, as conversações entre o PiS e o segundo maior partido eleito, o PO, em torno da definição de ocupação do cargo de chefia, provavelmente não deverão ser finalizadas até que ocorram as eleições presidenciais previstas para o dia 9 de outubro. Apesar das incertezas, analistas garantem que o resultado mais provável seja a ocupação do cargo de primeiro-ministro por Kazimierz Marcinkiewicz, indicado pelos líderes do PiS à candidatura, embora o PO tenha também indicado à ocupação do cargo o candidato Jan Rokita.

Além dessa questão, a negociação em torno da formação de uma aliança governamental entre os dois partidos vencedores das eleições parlamentares poderá garantir a ocupação de uma maioria confortável na Câmara Baixa polonesa, a qual conta com 460 deputados. Os 27% de votos alcançados pelo PiS e os 24% de votos do PO garantem 155 e 133 assentos parlamentares respectivamente, o que representa uma ocupação de 60% do total de assentos da Câmara Baixa, fazendo com que os dois partidos fiquem a 19 lugares necessários para o alcance de maioria absoluta, o que lhes permitiria alterar a Constituição polaca vigente.



Porém, apesar da indefinição quanto à ocupação do cargo de primeiro-ministro, os resultados em relação à definição da coalizão parlamentar entre os partidos de direita também se mostram incertos devido ao fato de que, apesar dos partidos PiS e PO possuírem origem comum no movimento sindical anticomunista "Solidariedade" criado nos anos 80, ambos os partidos defendem prioridades divergentes no que concerne à política social e econômica que devam ser aplicadas nas reformas do país.

O partido "Lei e Justiça", liderado pelos irmãos gêmeos Jaroslaw e Lech Kaczynski apóia ideais econômicos intervencionistas que se aproximam do princípio de um Estado de bem-estar social. Além disso, os irmãos Kaczynski adotam uma postura católica conservadora e perspectivas nacionalistas, defendendo uma postura firme de combate à corrupção capaz até mesmo de banir funcionários comunistas da ocupação de cargos públicos. O PiS também pretende reduzir a independência do banco central polonês devido à atual adoção de altas taxas de juros e também desacelerar os programas de privatização de empresas nacionais.

Já o "Plataforma Cívica" defende uma postura mais liberal, comprometendo-se a modificar radicalmente a economia através da adoção de um imposto único de 15% cobrado sobre a renda, o lucro das empresas e a venda de produtos. Além disso, o PO pretende a rápida adoção do euro e de regulações mais flexíveis em relação ao funcionamento do mercado. O PO também defende uma postura mais crítica em relação aos EUA, buscando diminuir as restrições quanto a concessão aos poloneses de vistos de entrada no país, defendendo também, assim que for possível, a retirada das tropas polonesas instaladas no território iraquiano, diz o porta-voz do partido, Lukasz Pawlowski.

Segundo analistas poloneses, as marcantes divergências entre as políticas sociais e econômicas defendidas pelos partidos PiS

e PO indicam uma "futura instabilidade política para a Polônia." E é nesse contexto de incertezas que os eleitores poloneses prepararam-se para voltar às urnas no dia 9 de outubro, quando dessa vez decidirão quem será o futuro presidente do país.

Na disputa presidencial Lech Kaczynski, irmão de Jaroslaw e um dos líderes do PiS, e Donald Tusk, do PO, colocam-se como principais candidatos para suceder o atual mandatário, Aleksander Kwasniewski. Apesar de Tusk permanecer na frente das pesquisas de intenção de votos com a preferência de 40% dos eleitores, Lech Kaczynski tem alcançado gradativas melhoras nas pesquisas, saltando de 0,5% das intenções de votos para 33,6% desde que seu partido emergiu como principal vitorioso nas eleições parlamentares. Além disso, essa melhora nas pesquisas pode também se dever ao fato da retirada de seu irmão Jaroslaw Kaczynski à candidatura para o cargo de primeiro-ministro. Segundo Jaroslaw, a indicação de Kazimierz Marcinkiewicz ao cargo de chefia em substituição ao seu nome, pode facilitar a vitória presidencial do irmão Lech, uma vez que a candidatura de dois irmãos gêmeos aos mais importantes cargos políticos do país poderia deslocar as preferências dos eleitores à candidatos alternativos dos demais partidos.

Se durante as eleições presidenciais de 9 de outubro nenhum dos candidatos alcançar maioria de 50% dos votos, o 2º turno entre os dois primeiros candidatos colocados ocorrerá no dia 23 de outubro. Segundo analistas, apenas após a definição das eleições presidenciais será realmente possível definir a formação da nova base governamental polonesa que indicará os rumos da política social e econômica futuramente adotadas no país.

Referência

Sites:

BBC Brasil.com

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

Notícias Terra

<http://www.terra.com.br>

Reuters.com

<http://today.reuters.com>

Questão agrícola é foco das negociações sobre livre comércio que ocorreram em Paris

Resenha
Desenvolvimento e Comércio

Fernanda Assunção Soares
06 de outubro de 2005

Faltando três meses para a Conferência Ministerial, promovida pela Organização Mundial do Comércio, ministros do Brasil, União Européia, Estados Unidos e Índia se encontram para discutir a liberalização do comércio mundial, focando, sobretudo, nas questões agrícolas.

Ministros do Brasil, União Européia (EU), Estados Unidos e Índia, os maiores produtores agrícolas mundiais, se reuniram no dia 23 de setembro, na embaixada brasileira em Paris. Trata-se de um encontro informal, em que os países em questão objetivavam aproximar suas posições sobre as negociações comerciais que ocorrerão no final deste ano.

As negociações serão sediadas em Hong Kong, entre os dias 13 e 18 de dezembro, na VI Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). As conferências ministeriais promovidas pela organização devem ocorrer no mínimo uma vez a cada dois anos, e nela os países participantes podem tomar decisões sobre qualquer assunto que diz respeito a tratados comerciais multilaterais.

Na conferência de Hong Kong, os Estados tentarão concluir a rodada de negociações multilaterais iniciadas em novembro de 2001, em Doha, Qatar, que visa à liberalização do comércio mundial. A rodada é supervisionada pelo Comitê de

Negociações Comerciais, subordinado ao Conselho Geral da OMC. Os mandatos por ela estabelecidos deveriam, em princípio, ter sido concluídos em 1ª de janeiro de 2005, prazo prolongado para até o final de 2006.

Na reunião em Paris, temas como corte de subsídios e de tarifas de importações agrícolas foram postos em pauta. O ministro estadunidense, Robert Portman, declarou, referindo-se à importância do encontro: “Se não fizermos progressos até a reunião de Hong Kong, não poderemos concluir o acordo para a liberalização do comércio mundial até 2006”.

No entanto, as questões colocadas são de difícil negociação, e os Estados, segundo alguns analistas, se mostram um tanto quanto inflexíveis, tendendo a não fazer concessões nas áreas que lhes interessam. O principal desses impasses encontra-se na área agrícola.

Os países em desenvolvimento pressionam os estadunidenses e os europeus para que aprovem a proposta apresentada pelo G-20 (grupo de países em desenvolvimento liderado, entre

outros, pelo Brasil) que se refere aos três pilares das negociações agrícolas: acesso a mercados, competitividade internacional e redução ou eliminação do apoio dado pelos governos à produção. Segundo levantamento do governo brasileiro, a agricultura representa de 30% a 50% da produção dos países em desenvolvimento, justificando eu grande interesse nas questões referentes ao setor. Nas economias industrializadas, por sua vez, essa porcentagem varia apenas entre 3% e 5%.

È exatamente essa dificuldade de convergência de interesses na área agrícola que, de acordo com alguns analistas, travaria toda a rodada de Doha. Segundo Rafael Benke, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, “Nenhum dos países em desenvolvimento vai mover o que é preciso mover nas áreas de serviço e indústria sem que se saiba exatamente o que se vai ganhar na agricultura”.

O impasse verifica-se também entre os países desenvolvidos. Os europeus cobram dos Estados Unidos a redução dos subsídios internos concedidos aos agricultores do país, ao passo que os estadunidenses requerem dos europeus a redução de suas tarifas de importação dos produtos agrícolas. Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorin, “O fim dos subsídios (...) beneficiaria os consumidores, aliviaria os orçamentos e, portanto, resultaria em maiores recursos para onde mais se necessita, seja em reformas sociais, luta contra a fome ou na prevenção de desastres naturais”.

Para resolver o problema, a União Européia propôs reduzir suas tarifas agrícolas em 36,4% em média, desde que possa manter barreiras elevadas para a entrada de 238 produtos considerados sensíveis. A proposta apresentada pelos Estados Unidos defende cortes maiores,

para assim haver efetiva abertura de mercados, e representa uma redução entre 45% e 90% das tarifas, dependendo do tamanho da alíquota em vigor.

Representantes da UE também indicam que podem vir a concordar com um teto de 100% para as tarifas agrícolas nos países industrializados e de 150% nas nações em desenvolvimento, conforme o proposto pelo G-20. Admitiram também a possibilidade de reduzir sua lista de mercadorias sensíveis de 238 para 153 produtos, mas nesse caso só aceitaria redução tarifária média de 24,5%.

No entanto, apesar das atenções estarem concentradas na agricultura, avanços concretos, entretanto pequenos, só puderam ser observados no setor de serviços. Foi criado um grupo de quinze países para tentar acelerar as negociações nesse setor, sob a coordenação dos Estados Unidos e da Índia. Brasil e Argentina, países que se encontram incluídos no grupo, querem frear novas formas de negociar abertura no setor.

Mesmo verificando avanços no setor de serviços, nenhum ministro pôde indicar algum acordo ou entendimento que teria sido alcançado na área agrícola ao fim da reunião. Sem avanço no tema agrícola, países em desenvolvimento dizem não ter interesse em negociar o fim de tarifas que protegem seus setores industriais, o que seria de interesse dos países desenvolvidos.

Outras reuniões também serão realizadas até a conferência em Hong Kong. Entretanto, analistas acreditam que se as negociações não apresentarem grandes avanços, tal qual ocorrido em Paris, as chances de que um acordo seja obtido até dezembro são pequenas.

Referência

Sites:

Organização Mundial do Comércio -
OMC

<http://www.wto.org/>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria
e Comércio

<http://www.desenvolvimento.gov.br/>

Folha On Line

<http://www.folha.uol.com.br/>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Espanha enfrenta problemas com imigrantes ilegais

Resenha
Segurança

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
06 de outubro de 2005

Apesar do reforço na segurança dos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, as tentativas de invasão em massa continuam a ocorrer, levando a morte dezenas de imigrantes africanos.

Ao menos seis imigrantes africanos morreram e mais de 30 ficaram feridos nesta quinta-feira, 06 de outubro, ao tentarem entrar ilegalmente na Espanha pelo enclave de Melilla, ultrapassando uma das barreiras que separam o território espanhol do de Marrocos. De acordo com o Ministério marroquino do Interior, um número não identificado de pessoas teriam morrido pisoteadas e outras tantas vítimas dos disparos da polícia.

No dia 29 de setembro, quando em uma ação semelhante em Ceuta, outro enclave espanhol em solo marroquino, cinco imigrantes haviam sido mortos e as autoridades espanholas e marroquinas haviam negado a responsabilidade pelo ocorrido. No total, nas últimas semanas ocorreram cinco tentativas de invasão em massa por parte de grupos de africanos ao território espanhol.

Para enfrentar essas recorrentes tentativas de invasão em massa, o ministro espanhol da Defesa, José Bono, ordenou que soldados do Exército espanhol fizessem a segurança da fronteira da Espanha em Ceuta e Melilla. Além disso, foi feito um pedido à União Europeia de envio de uma comissão à região para que fosse possível o estudo e a adoção de medidas conjuntas

de forma a conter essas tentativas de invasão. Também foi reforçada a cooperação com as autoridades marroquinas e iniciado as obras para a construção de uma nova estrutura de segurança.

O ministro marroquino do Interior, Mustafá Sahel, por sua vez, afirmou ser preciso que a Europa favoreça as possibilidades de imigração legal, expressando a necessidade de que todos os países da região coordenem suas ações de forma a lograr soluções adequadas frente ao problema.

Apesar de várias dessas tentativas de invasão terem sido interceptadas e de vários dos imigrantes terem sido capturados, muitos também conseguiram entrar em território espanhol. Nesse sentido está prevista, a partir do acordo Rabat¹, a repatriação imediata de um grupo de 70 imigrantes clandestinos africanos .

Ceuta e Melilla, territórios ao norte da costa mediterrânea da África, estão sob

¹ Acordo assinado por Espanha e Marrocos em 1992, pelo qual o país africano se compromete a readmitir cidadãos de terceiros países que tenham entrado na Espanha de forma irregular a partir de sua costa.

controle espanhol, e são as únicas fronteiras terrestres entre a Europa e a África, vistas como porta de entrada à União Europeia pelos imigrantes africanos. Aqueles que entram no continente europeu têm a facilidade de circular livremente por 15 países, sendo eles Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha e Suécia.

Referência

Sites:

África News

<http://www.africanews.org>

BBC Brasil

<http://www.bbcbrasil.com>

El País

<http://www.elpais.es>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Dezoito países pobres terão suas dívidas perdoadas

Resenha
Desenvolvimento

Tiago Cerqueira Lazier
06 de outubro de 2005

G-8, FMI e Banco Mundial concordaram em perdoar a dívida de 18 países, totalizando uma ajuda de mais de 40 bilhões de dólares.

No dia oito de julho, o presidente estadunidense, George W. Bush, e o primeiro ministro britânico, Tony Blair, anunciaram uma proposta, que foi apresentada na reunião do G-8 em julho, para perdoar grande parte da dívida de 32 países pobres, desde que estes realizem reformas econômicas e combatam a corrupção, [ver Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano]. Prometeram também ajuda financeira para a África, para qual Blair se mostrou muito mais disposto. O G-8 é composto por Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Canadá, Itália e Rússia. O grupo representa mais de 40% da riqueza da economia mundial e 50% do comércio, mas apenas 12% da população.

No início de julho, se reuniram no Líbano 53 países da União Africana (UA), com o objetivo de pressionar o G-8 para aprovar o cancelamento completo da dívida dos países do continente. Os países pediram também liberalização do comércio para produtos africanos, dizendo estarem dispostos a combater a corrupção e prezar pelo desenvolvimento.

Foi grande a mobilização em todo o mundo para apoiar o perdão da dívida. Mais de um milhão de pessoas assistiram ao Live 8, onze shows de rock realizados

em quatro continentes, em favor da causa. Mais de 28 milhões de e-mails foram recebidos pelos organizadores com o mesmo intuito.

No dia 11 de julho, os ministros das finanças do G-8 reunidos na Escócia, que contaram também com a participação de Brasil, China, Índia e África do Sul, anunciaram o perdão imediato da dívida de 18 países. Os beneficiários da decisão são: Benin, Bolívia, Burkina Fasso, Etiópia, Gana, Guiana, Honduras, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Níger, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. O valor ultrapassaria 40 bilhões de dólares. Segundo o ministro da economia britânico, Gordon Brown, o perdão de 100% da dívida só será realizado na medida em que a corrupção for combatida e o dinheiro for aplicado área de saúde, educação e projetos de desenvolvimento e redução da pobreza. Destacou a necessidade de instituições transparentes para fomentar o setor privado e atrair investimentos externos.

No prazo de um ano, mais vinte países, que sofrem com conflitos civis e corrupção, poderão ter suas dívidas perdoadas, o que elevaria o total da ajuda a 52 bilhões de dólares.

O G-8 convidou países produtores de



petróleo para participarem de um fundo que irá ajudar países pobres, a enfrentar períodos de alta do preço desse produto.

Segundo o acordo, o Banco Mundial (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Fundo de Desenvolvimento Africano vão participar do perdão da dívida. Segundo Brown, os países doadores se comprometeram a custear com recursos extras a despesa que o perdão da dívida gerará às instituições multilaterais.

De maneira geral, as reações das Organizações Não Governamentais (ONGs) foi positiva, mas mostrando uma certa cautela, defendendo que muitas mais ainda precisar ser feito.

Em reunião no final do mês de setembro, o FMI e o Banco Mundial chegaram a um consenso para por em prática a decisão do G-8. Estes organismos estão responsáveis por executar o cancelamento da dívida. Buscar-se-ia também desenvolver um programa para aumentar a capacidade de refinamento do petróleo, diminuir a volatilidade seu do preço e a exploração de fontes de energia alternativa. O apoio formal ainda precisa ser dado pelo Banco Mundial.

Como ambos organismos dependem do pagamento da dívida perdoada, novas fontes de recursos terão que ser obtidas. O G-8 em carta enviada ao Bird, disse que a queda de arrecadação será compensada por contribuições futuras.

Em mesma reunião, o ministro da fazenda brasileiro, Antônio Palocci, defendeu que países em desenvolvimento não devem ser obrigados a pagar a conta do perdão da dívida. Lembrou que o Brasil já cancelou mais de US\$ 3 bilhões em dívidas de países africanos e latino-americanos, colocando a responsabilidade nos países ricos em pagarem a conta do perdão. Sugerindo que isto poderia ser feito dentro da meta de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) que os países desenvolvidos se comprometeram a atingir para o combate à pobreza até 2015.

Palocci disse ainda que o Brasil tem que combater a pobreza internamente, não podendo combatê-la no mundo todo.

O FMI e o Banco Mundial comunicaram ao final da reunião que as compensações se darão de forma voluntária. Segundo Palocci, houve um compromisso para não se aumentar os juros pagos ao FMI. O Brasil deve 16 bilhões de dólares ao organismo.

Líderes africanos se reuniram nos dias 4 e 5 de outubro com representantes dos países ricos para discutir ações reais, possibilitadas pelo perdão da dívida e garantir o compromisso dos países beneficiados em combater a corrupção e investir na saúde, educação e infraestrutura.

Referência

Sites:

BBC -

<http://www.bbc.com>

Folha de São Paulo -

<http://www.folhaonline.com.br>

The Guardian -

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post -

<http://www.whashingtonpost.com>

Ver também:

22/08/2005 - [Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano.](#)

OMC: estrutura institucional

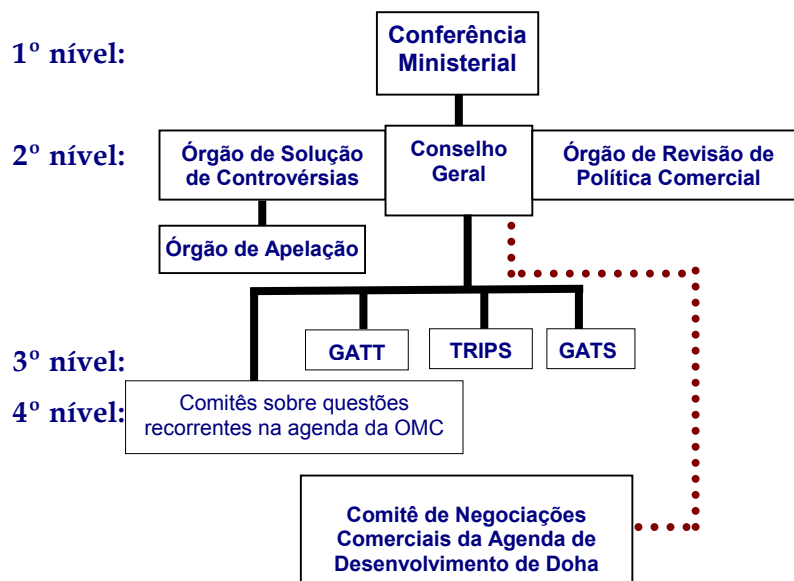
Especial
Perfil

Wesley Robert Pereira
06 de outubro de 2005

Enquanto o GATT foi apenas um acordo entre países, a OMC é uma organização dotada de personalidade internacional. Aqui será apresentado a estrutura e organograma dessa organização. Também serão expostos os principais órgãos e mecanismos e suas funções para a busca pela formação de um sistema multilateral de comércio.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem a função de administrar os acordos comerciais entre seus membros, ser um fórum para negociações, direcionar as disputas comerciais, fazer o monitoramento de políticas comerciais nacionais, dar assistência técnica e treinamento aos

países em desenvolvimento e cooperar com outras organizações internacionais. Sua estrutura institucional, um tanto complexa, funciona em quatro níveis organizacionais, em que há uma grande quantidade de comitês e grupos de trabalhos. Abaixo segue uma ilustração simplificada do organograma da OMC:



Fonte: OMC, 2005 (organograma simplificado).

Para a dinamização de seu trabalho, a OMC instituiu e aprimorou mecanismos e instrumentos ao longo desses dez anos de atuação. Hoje a organização conta com recursos como os Painéis, Órgão de Apelação, Entendimento sobre Solução de

Controvérsias (ESC) e o Órgão de Solução de Controvérsias.

O Primeiro Nível

As Conferências Ministeriais configuram o nível mais alto do processo de tomada

de decisão da OMC. Nelas são definidos os temas que serão tratados em cada rodada de negociação que devem ocorrer num prazo de até dois anos. Essa instância é composta por Ministros das Relações Exteriores e/ou os Ministros de Comércio Exterior dos países membros. Como no caso do GATT, o processo de tomada de decisão na OMC é através de consenso.

Já ocorreram cinco conferências ministeriais. Em dezembro de 1996, na Conferência de Cingapura, quatro temas foram introduzidos na agenda da OMC: comércio e investimento, comércio e competitividade, transparência nas aquisições governamentais e facilitação de comércio. Em maio de 1998, a Conferência de Genebra foi marcada pela celebração dos cinquenta anos de formação de um sistema multilateral de comércio. Em dezembro de 1999, a Conferência de Seattle foi marcada pelo impasse nas negociações.

Na Conferência Ministerial de Doha, 2001 – conhecida como agenda para o desenvolvimento – dois temas tomaram importância: agricultura e serviços. Essa conferência foi uma tentativa de lançar uma nova rodada para discussões a respeito do desenvolvimento que teria seu prazo na Conferência de Cancun, em setembro de 2003. Devido ao impasse gerado nas discussões a respeito do comércio agrícola por parte dos países em desenvolvimento – representados pelo Grupo dos 20 – com os Estados Unidos e a União Européia, a finalização da rodada foi adiada para a sexta conferência: Hong Kong em dezembro de 2005.

O Segundo Nível

Esse nível é representado por três organismos: o Conselho Geral, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) e o Órgão de Revisão de Política Comercial (ORPC). O órgão mais expressivo é o Conselho Geral da OMC, um órgão permanente e que é formado por embaixadores ou chefes de delegações de todos os países

membros sediados em Genebra ou nas capitais de seus respectivos países. A esse conselho cabe a função de zelar pelos Acordos Multilaterais, administrar as atividades diárias da OMC e executar as decisões das conferências ministeriais.

Dessa forma, no intervalo entre as conferências ministeriais, o Conselho Geral assumirá as funções das mesmas. Esse corpo administrativo estabelece o seu próprio regulamento interno e aprova os regulamentos internos dos comitês (ver O Quarto Nível). Ele toma “as medidas adequadas para assegurar uma cooperação eficaz com outras organizações inter-governamentais cujas competências estejam relacionadas com as da OMC” (Acordo Constitutivo da OMC, artigo V). Também há a possibilidade de se estabelecer medidas com vista à consulta e à cooperação com organizações não-governamentais que tenham afinidades com os temas discutidos na OMC.

Ainda nesse segundo nível, há diversos conjuntos de órgãos que são subordinados ao Conselho Geral. O GATT, o GATS (junto aos comitês e grupos de trabalhos de ambos), a TRIPS (ver O Terceiro Nível) mais alguns comitês e grupos de trabalhos (ver O Quarto Nível) respondem diretamente ao Conselho Geral. Também o Comitê de Negociações Comerciais da Agenda do Desenvolvimento de Doha possui um vínculo direto com o conselho também.

Além do Conselho Geral, há outros dois órgãos que auxiliam os trabalhos deste. O primeiro é o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) que é composto por todos os membros da organização sendo a instituição máxima do sistema de solução de litígios. Entretanto, há que se explicar o Entendimento sobre Soluções de Controvérsias (ESC), uma etapa anterior ao OSC.

O ESC ao possuir características como um sistema quase jurídico, com grande grau de independência dos demais órgãos da

OMC e por não requerer um acordo para fazer valer a sua jurisdição acaba se tornando um órgão de consulta. Para a economista Vera Thorstensen, “os governos nacionais devem utilizar-se dos mecanismos colocados à disposição pelo ESC, para atacar as irregularidades praticadas pelos demais países para defender os interesses próprios e de seus exportadores”. Na possibilidade de as partes não alcançarem um acordo, então, resta ao OSC analisar a questão.

No conjunto de solução de controvérsias da OMC, o OSC é o instrumento principal do processo. Subordinado a ele está o Órgão de Apelação, que consiste num corpo independente formado por sete pessoas para rever o painel em questão. Isso ocorre quando uma das partes envolvidas no painel não aceita sua decisão.

O segundo é o Órgão de Revisão de Política Comercial (ORPC), criado junto com a OMC, que tem o objetivo de estabelecer um cronograma anual de entrega de relatórios periódicos dos membros da OMC. E, com base nos acordos multilaterais de comércio, irá verificar a consistência das políticas econômicas dos países.

Assim, a função do ORPC é a de revisar as políticas comerciais de seus membros e com isso contribuir para uma maior adesão dos mesmos às regras da instituição, à sua disciplina e aos compromissos assumidos nos acordos multilaterais de comércio. Essa é uma forma de se aumentar a transparência entre seus participantes. A transparência, uma das três regras do sistema multilateral de comércio, melhora o funcionamento desse sistema porque transmite maior compreensão das políticas e das práticas comerciais.

O Terceiro Nível

Aqui há três Acordos: o GATT, O GATS e o TRIPS. O primeiro, o Acordo Geral

sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade – GATT*) foi substituído pela OMC em 1994. Atualmente esse acordo é colocado dentro da OMC para regular as tarifas e o comércio.

O Acordo Geral de comércio de serviços (*General Agreement on Trade in Service – GATS*) tem como objetivo estabelecer um quadro de referência multilateral de princípios e regras para tal comércio. O acordo inclui mais de 150 subsetores em que contemplam serviços profissionais e de consultoria (médico, jurídico, engenharia, contábil, pesquisa e desenvolvimento, computação, imobiliário, propaganda e vendas), serviços de comunicação, serviços de construção e de engenharia, serviços de distribuição, serviços de educação, serviços ambientais, serviços financeiros e seguros, serviços de turismo e viagens, serviços de recreação, cultural e de esporte, serviços de transporte e entre outros serviços.

O Acordo sobre Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS*) tem como objetivo criar uma situação para negociações multilaterais de princípios, de regras e de disciplina relacionados com os direitos de propriedade intelectual.

O Quarto Nível

Esse nível é formado por uma grande quantidade de comitês e grupos de trabalhos que tratam de diversos temas. Uma parte destes são ramificações dos trabalhos do GATT e do GATS. Outra parte faz parte dos trabalhos de outro conjunto de comitês e grupos de trabalhos que não se encaixam nem ao GATT e nem ao GATS.

Orçamento

A contribuição de cada país à OMC e a seu Órgão de Apelação depende do que ele representa no comércio internacional. Essa contribuição está baseada no seu comércio de bens, serviços e direitos de propriedade intelectual pelos três últimos anos.

O orçamento total da OMC é feito em francos suíços e nesse ano ele chega a 167,4 milhões de francos suíços. Portanto, é evidente que os maiores contribuintes são os países desenvolvidos. Recolhemos alguns casos para que se tenha idéia dos grandes atores do comércio internacional que chamam a atenção ao serem comparados ao Brasil:

Países	Contribuição para 2005 (em francos suíços)
Estados Unidos	26.445.852
Alemanha	14.851.728
Japão	10.253.250
Reino Unido	9.548.496
França	8.624.448
Canadá	6.563.754
China	6.024.726
Holanda	5.671.512
Hong Kong	5.226.228
Rep. da Coreia	3.995.838
México	3.878.658
Cingapura	3.339.630
Taiwan	3.259.278
Índia	1.543.428
Brasil	1.528.362
África do Sul	785.106
Argentina	684.666

Fonte: OMC, 2005.

Referência

THORSTENSEN, Vera Helena. OMC - Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2001. 520p.

KLOR, Adriana Dreyzin de. Solução de controvérsias : OMC, União Européia e Mercosul. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004. 240p.

Sites:

BBC Brasil: Especial OMC Cancun 2003 - http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/cluster/2003/09/s_omc.shtml

Finance One Economia - <http://www.financeone.com.br>

Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO) - <http://www.wto.org>

Organizações Internacionais em que Portugal Participa - <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI>

Ver também:

05/11/2004 - [A América Latina e o ajuste estrutural após o Consenso de Washington](#)

31/03/2005 - [Dois fóruns com os mesmos interesses e concepções diferentes](#)

11/04/2005 - [A liberalização do comércio nos setores de têxteis e vestuário](#)

19/05/2005 - [OMC decide em definitivo sobre o açúcar subsidiado na União Européia](#)

22/08/2005 - [Reunião do G-8 e outras reuniões marcam agenda do resto do ano](#)

08/09/2005 - [Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>